EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1999

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

Nota – Na avaliação das suas respostas serão tidas em conta:

- a clareza da exposição;
- a sequência lógica das ideias apresentadas;
- a utilização de linguagem científica apropriada.

• É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada** (4.ª Revisão).

I

Neste grupo deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados.

O texto que se segue faz referência a determinados poderes do Presidente da República.

O Presidente da República é um órgão de soberania cujas competências estão definidas na Constituição da República Portuguesa (C. R. P.). No exercício das suas competências, o Presidente da República pode requerer ao Tribunal Constitucional, entre outras, a apreciação preventiva da constitucionalidade das leis e exercer o direito de veto.

1. O Presidente da República é um órgão de soberania.
   Indique os outros órgãos de soberania.

2. O Governo responde politicamente perante o Presidente da República.
   Refira, com base na C. R. P., duas competências do Presidente da República que confirmem esta afirmação.

3. Ao Tribunal Constitucional compete apreciar a constitucionalidade das leis.
   Mencione os três tipos de inconstitucionalidade por acção.

4. Compete ao Presidente da República o exercício do direito de veto.
   Refira em que consiste o direito de veto exercido pelo Presidente da República relativamente a um decreto enviado pela Assembleia da República para promulgação.

5. As normas da C. R. P. constituem Direito Positivo vigente.
   Dê uma noção de Direito Positivo vigente.

V.S.F.F.

II

O texto que se segue faz referência a um novo tipo de trabalho para o qual não existe enquadramento legal.

«O teletrabalho já não é uma novidade, já não é um chavão para dar nas vistas, nem uma moda passageira. Mas ainda não tem enquadramento legal próprio, muitas empresas não estão preparadas para o integrar e muitos patrões não querem prescindir do controlo visual directo dos seus empregados».

Público, suplemento "Computadores", 28.09.98

1. A falta de enquadramento legal do teletrabalho pode originar o aparecimento de lacunas da lei.
   Indique duas razões que estejam na origem do aparecimento de lacunas da lei.

2. O teletrabalho, hoje uma realidade, não está ainda regulado por qualquer norma jurídica.
   Explique duas das características das normas jurídicas.

3. O teletrabalho já não é uma novidade, uma moda passageira, mas um tipo de trabalho a que o Direito deve dar cobertura legal.
   Justifique, a partir do exemplo dado, a necessidade de criação pelo Estado de novas normas jurídicas.

III

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil.

Art.º 1367º do Código Civil

O proprietário de árvore ou arbusto contíguo a prédio de outrem ou com ele confinante pode exigir que o dono do prédio lhe permita fazer a apanha dos frutos, que não seja possível fazer do seu lado; mas é responsável pelo prejuízo que com a apanha vier a causar.

Atendendo ao disposto no artigo transcrito, considere a seguinte situação:

João é proprietário de um pomar com macieiras e pereiras. Algumas das árvores, situadas na extrema do seu prédio, têm parte dos ramos sobre o prédio da sua vizinha, Luísa. João, para poder apanhar os frutos destas árvores, teve de atravessar o terreno de Luísa, destruindo parcialmente um canteiro de túlipas. Face a esta situação, Luísa pretende que João a indemnize.

1. Luísa, para interpor a acção em tribunal, pessoal e livremente, não pode estar ferida de nenhuma incapacidade de exercício de direitos prevista na lei.
   Mencione três das incapacidades de exercício de direitos previstas na lei.

2. **Distinga** responsabilidade civil contratual de responsabilidade civil extracontratual.

3. **Justifique**, com base no artigo transcrito, se Luísa tem direito à indemnização pedida.

IV

O **GRUPO IV** é constituído por dois itens de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha.

TEMA A

Por via de dois acórdãos sucessivos do Supremo Tribunal de Justiça, milhares de processos-crime foram arquivados, por ter prescrito o procedimento criminal.

Arquivar processos-crime por prescrição, ou seja, pelo simples decurso do tempo, gera um sentimento de injustiça. Situações iguais podem ter tratamento diverso, dependendo apenas do atraso das investigações. Esta situação põe em causa o valor da igualdade, essencial num Estado de Direito democrático.

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- realização dos valores da Justiça e da Segurança e o seu possível confronto;
- papel do Provedor de Justiça na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

TEMA B

«Existe a tendência, nos últimos anos, para o ataque à magistratura. Ora, o princípio da independência dos três poderes é sagrado, e quem fala da "falta de fiscalização" do poder judicial parece esquecer que essa é uma das pedras basilares não só da democracia mas da nossa cultura. A independência daqueles a quem compete julgar é um bem inestimável. O seu controlo pelo poder político é uma aberração».

Expresso (adaptado), 21.11.98

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o princípio da separação de poderes num Estado de Direito democrático;
- garantias ou atributos da actividade dos juízes.

FIM

V.S.F.F.

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos	
2.	15 pontos	
3.	15 pontos	
4.	15 pontos	
5.	15 pontos	
		60 pontos

II

1.	15 pontos	
2.	20 pontos	
3.	20 pontos	
		55 pontos

III

1.	20 pontos	
2.	15 pontos	
3.	20 pontos	
		55 pontos

IV

Tema A ou Tema B	30 pontos	
		30 pontos

TOTAL ..... **200 pontos**